

# M P U

## PROVA TÉCNICO / ÁREA ADMINISTRATIVA

# SIMULADO

### OS DEZ MANDAMENTOS PARA O BOM CANDIDATO:

- 1 Antes de iniciar, faça uma breve apreciação de toda a prova ( $\pm 10$  min.), observando questões interligadas e efetuando algumas anotações e marcações.
- 2 Comece a prova pelas disciplinas que você mais domina.
- 3 Iniciada a prova (ou este simulado), não a interrompa em hipótese alguma.
- 4 Mantenha, durante toda a prova, o alto astral, a objetividade, a satisfação, a determinação e a crença de que você terá êxito em cada questão, em cada disciplina, e na prova como um todo.
- 5 Faça marcações e deixe para o final as questões que você julgar trabalhosas ou difíceis.
- 6 Enfrente as questões com elevada objetividade. Descubra imediatamente o que o enunciado pede. Visualize ou esboce a solução. Só depois escolha a resposta mais coerente para cada questão.
- 7 Use lógica, intuição e atitudes positivas na resolução das questões. Cuidado: depois de calculada ou localizada a resposta, muitas vezes você precisará reler o enunciado da questão para saber o que ele realmente pede.
- 8 No dia da prova oficial, fique de olho no relógio.
- 9 Reserve tempo no final para responder a eventuais questões ou itens pendentes.
- 10 Faltando quinze minutos para o término da Prova, deixe tudo de lado e passe para o Cartão de Respostas as alternativas que você já assinalou.



**Curso Sólón**

[www.CursoSolon.com.br](http://www.CursoSolon.com.br)

Av. Brasil 4271 sobreloja, esq. Av. Paraná

☎ (44) 3031-5394 ou 3028-5394 Maringá PR

## INFORMAÇÕES INICIAIS:

Muitas questões deste caderno foram extraídas ou adaptadas de concursos organizados pela Fundação Carlos Chagas, a mesma que promove também o concurso do MPU.

# CONHECIMENTOS BÁSICOS - PESO 1

Professores Nelson Guerra, José Carlos Pacífico,  
Simone Daher Ribas e Valdir França Scarci

### PORTUGUÊS:

**Atenção:** As questões de números 1 a 7 referem-se ao texto que segue – um relato do crítico e escritor Antonio Candido.

#### FAZIA FRIO EM SÃO PAULO

No dia 9 de novembro de 19843, os estudantes de Direito aqui de São Paulo fizeram contra a ditadura da época uma passeata de protesto, que foi dissolvida a bala pela polícia, com a morte de um rapaz, ferimento de vários outros e dezenas de prisões. Como a censura à imprensa e ao rádio era absoluta, resolvi mandar a amigos do Rio uma informação sobre os acontecimentos, a fim de desmascarar ao menos para algumas pessoas responsáveis as deformações previsíveis da versão oficial. Foi o que fiz com a ajuda de uma colega no fim daquela tarde, contando inclusive que o dia estava cinzento, frio, com vento e uma chuvinha ocasional. Tiramos várias cópias a máquina, em papel fino, e mandamos a gente com a qual estávamos ligados, rementendo também uma para Carlos Drummond de Andrade. Pensando na coisa, vejo agora que nunca soube se o relato chegou aos destinatários, mas tempos depois recebi de Drummond a cópia de um poema novo, "o medo", dedicado a mim e com epígrafe tirada de um artigo meu daquele ano – o que me encheu de um desvanecimento que se pode imaginar. Ora, lá aparecem uns versos que sempre supus alusivos ao relato dos acontecimentos daquela tarde de repressão violenta, embora nunca tenha me certificado a respeito com o autor:

Refugiamo-nos no amor,  
este célebre sentimento,  
e o amor faltou: chovia,  
ventava, fazia frio em S. Paulo.  
Fazia frio em S. Paulo...  
Nevava.

(Antonio Candido, **Recortes**)

01. O acontecimento central desse relato é

- (A) uma passeata de protesto contra a ditadura, cujas trágicas conseqüências levaram o autor a enviar cópias de uma carta sua a companheiros do Rio.

- (B) a presteza com que Drummond respondeu ao autor da carta, acusando o recebimento desta e manifestando sua solidariedade.
- (C) a repercussão que a carta enviada por Antonio Candido alcançou no Rio de Janeiro, ao ser corajosamente divulgada pela imprensa carioca.
- (D) a preocupação demonstrada por Drummond com os acontecimentos de São Paulo, dando divulgação à carta de Antonio Candido.
- (E) a excepcional intensidade do frio da tarde de 9 de novembro de 1943, que acabou gerando graves incidentes entre estudantes e policiais.

02. Está coerente, clara e correta a nova redação dada a uma informação do texto:

- (A) Drummond me deixou desvanecido por lhe haver enviado uma carta a qual respondeu-me com um poema diretamente alusivo às palavras lá escritas.
- (B) Numa bisarra coincidência, as palavras do poema de Drummond supunham parecer-se com os termos exatos da carta em que remeti ao poeta.
- (C) Os estudantes de Direito aqui de São Paulo, afim de se organizarem uma passeata, protestaram contra a ditadura, havendo um morto e vários feridos.
- (D) Para evitar a censura à imprensa, resolvi copiar uma carta que enviara aos amigos do Rio, ainda que nunca viesse a saber se elas lhes chegaram.
- (E) Foi tão marcante o frio daquela tarde violenta que dei notícia dele na minha carta de denúncia, de que fiz várias cópias para enviar a conhecidos do Rio.

03. A seguinte frase está plenamente de acordo com as normas de concordância verbal:

- (A) No poema de Drummond parece repetir-se alguns termos do artigo do autor.
- (B) O autor e uma colega sua incumbiu-se de enviar uma carta aos amigos do Rio.
- (C) Na passeata dos estudantes manifestavam-se protestos contra a ditadura.
- (D) Eram de se esperar que houvessem deturpações dos fatos no noticiário oficial.
- (E) Depois de ser feito várias cópias, enviei-as aos amigos do Rio.

04. Está correta a grafia de todas as palavras da frase:
- (A) A compreensão dos fatos só foi possível porque algumas pessoas propuzeram-se a relatá-los tal como ocorreram.
  - (B) A repreção da polícia acabou por ocasionar a morte de um estudante e ferimento em vários jovens.
  - (C) O autor sentiu-se honrado com o privilégio de ter sido homenageado pelo grande poeta.
  - (D) Nos versos transcrevidos na crônica, há alusão ao frio que fazia naquela tarde paulistana.
  - (E) O autor supoz que nos versos de Drummond havia referência a termos utilizados num artigo.
05. A expressão **de que** preenche corretamente a lacuna da frase:
- (A) A epígrafe ..... Drummond se valeu em seu poema foi tirada de um artigo.
  - (B) Foi providencial a ajuda..... uma colega ofereceu ao autor.
  - (C) As versões oficiais, ..... nunca inspiram confiança, distorcem os fatos.
  - (D) Muita gente preferiria ..... prevalecesse a versão oficial.
  - (E) A passeata ..... o autor se refere foi dissolvida a bala.
06. Transpondo-se para a voz ativa a frase *A passeata foi dissolvida a bala pela polícia*, a forma verbal resultante será
- (A) tinha dissolvido.
  - (B) dissolveu.
  - (C) tinha sido dissolvida.
  - (D) dissolveu-se.
  - (E) dissolveram.
07. Por equívoco na flexão, é preciso **corrigir** a forma verbal sublinhada na frase:
- (A) Viu-se que muita gente soubera dos fatos pelas cartas enviadas de São Paulo.
  - (B) Ainda bem que os policiais não apreenderam as cópias das cartas.
  - (C) Muitas pessoas não se abstiveram de protestar contra a ditadura da época.
  - (D) Muitas pessoas do Rio obteram cópias das cartas do pessoal de São Paulo.
  - (E) Outros leitores supuseram que no poema repercutiam as palavras do artigo.
08. O verbo indicado entre parênteses adotar, obrigatoriamente, uma forma do **plural** para preencher de modo correto a lacuna da frase:
- (A) A punição dos abusos ..... (CORRIGIR) essa onda de exageros da imprensa.
  - (B) É degradante a situação a que se .... (EXPOR) alguns suspeitos.
  - (C) É difícil saber qual dos dois "ismos" a que se refere Ceneviva .... (TRAZER) piores conseqüências.
  - (D) Entre os excessos a serem eliminados ..... (ESTAR) o sensacionalismo da imprensa.
  - (E) Em busca de notoriedade, há sempre gente que..... (FAZER) o jogo da má imprensa.
09. Está clara, coerente e correta a redação do seguinte comentário sobre o texto:
- (A) O Seminário Internacional constará da presença de Ceneviva, cujo o tema da palestra envolve os dois "ismos" que ele considera perigosos.
  - (B) O advogado e jornalista aprova que a imprensa opinativa cumpra bem o papel que ela se destina, desde que se evite cometer os excessos atuais.
  - (C) Como advogado e jornalista, Ceneviva convive nos dois lados da imprensa e do sistema judiciário, onde critica os desmandos a que ambos cometem.
  - (D) Longe de pretender restringir a liberdade de imprensa, Ceneviva busca corrigir os excessos da mídia na veiculação indiscriminada da violência.
  - (E) É nas situações degradantes de certos programas em que se pregam a punição de acusados antes de ser finalmente condenados, opina ele.
10. Estão corretos o emprego e a forma do elemento sublinhado em:
- (A) A maior parte da imprensa não vê porquê colaborar.
  - (B) É pela ânsia de notoriedade onde se cometem esses excessos.
  - (C) Será que todos os jornalistas estão afins de evitar esses excessos?
  - (D) Ceneviva dispõe-se a analisar o por que desses excessos.
  - (E) Por que haveria esse intercâmbio espúrio de favores?

**MATEMÁTICA E  
RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO:**

- 11) A soma de dois números consecutivos é igual a oito quintos do primeiro e mais três sétimos do segundo. Qual o maior número?
- (A) 20    (B) 30    (C) 31    (D) 21    (E) 35
- 12) B ganha 12% mais que A e C, 25% mais que B. Sabendo-se que os 3 ganham R\$ 880,00. Qual o salário de C ?
- (A) R\$ 250,00                      (B) R\$ 280,00  
(C) R\$ 350,00                      (D) R\$ 380,00  
(E) R\$ 320,00

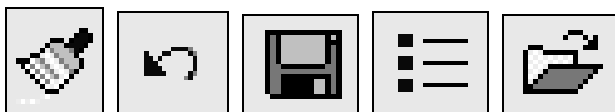
- 13) Um prêmio foi repartido entre 5 pessoas de modo que cada uma recebesse  $\frac{1}{3}$  da quantia recebida pela anterior. Se a terceira pessoas recebeu R\$ 81,00, o total distribuído foi (R\$)
- (A) 729      (B) 882      (C) 918  
(D) 1089      (E) 1260
- 14) O Preço de um aparelho eletrodoméstico é P reais. Como eu só possuo X reais, que corresponde a 70% de P, mesmo que me fosse concedido um abatimento de 12%no preço, ainda faltariam R\$ 54,00 para que eu pudesse comprar o aparelho. Nessas condições, a quantia que possui é (R\$)
- (A) 254  
(B) 242  
(C) 237  
(D) 220  
(E) 210
- 15) Numa divisão o quociente é 202 e o resto, 26. A soma do dividendo com o divisor resulta em 5 710. Nessas condições, podemos afirmar, corretamente, que
- (A) o divisor é 25  
(B) o divisor é 24  
(C) o divisor é 23  
(D) o dividendo é 5 682  
(E) o dividendo é 5 826
16. Verifique se são logicamente equivalentes as proposições compostas: P:“Se eu sou estudioso, eu passarei no concurso” e Q:“Eu passarei no concurso ou não sou estudioso”.
- (A) São equivalentes, pois  $P \leftrightarrow Q$  é uma tautologia.  
(B) São equivalentes, pois  $P \wedge Q$  é uma contingência.  
(C) Não são equivalentes, pois  $P \vee Q$  não é tautológica.  
(D) Não são equivalentes, pois  $P \rightarrow Q$  é uma contradição.  
(E) Não são equivalentes, pois  $Q \leftrightarrow P$  não é uma tautologia.
17. Três meninos estão andando de bicicleta. A bicicleta de um deles é azul, a do outro é preta, a do outro é branca. Eles vestem bermudas destas mesmas três cores, mas somente Artur está com bermuda de mesma cor que sua bicicleta. Nem a bermuda nem a bicicleta de Júlio são brancas. Marcos está com bermuda azul. Desse modo,
- (A) a bicicleta de Júlio é azul e a de Artur é preta.  
(B) a bicicleta de Marcos é branca e sua bermuda é preta.  
(C) a bermuda de Júlio é preta e a bicicleta de Artur é branca.  
(D) a bermuda de Artur é preta e a bicicleta de Marcos é branca.  
(E) A bermuda de Artur é azul e a sua bicicleta é preta.
18. Numa avenida reta há cinco pontos comerciais, todos do mesmo lado da rua. A farmácia fica entre a padaria e o restaurante, a padaria fica entre o supermercado e a lotérica e o supermercado fica entre o restaurante e a farmácia. Nessas condições, qual das proposições abaixo é verdadeira?
- (A) O supermercado fica entre a padaria e a lotérica.  
(B) A lotérica fica entre a padaria e o supermercado.  
(C) Para ir do supermercado à lotérica, passa-se em frente ao restaurante.  
(D) A farmácia fica entre o supermercado e a padaria.  
(E) O supermercado fica entre a farmácia e a padaria.
19. (FGV) Quando se afirma que  $P \Rightarrow Q$ , então:
- (A) Q é a condição suficiente para P.  
(B) P é condição necessária para Q.  
(C) Q não é condição necessária para P.  
(D) P é condição suficiente para Q.  
(E) P não é condição necessária nem suficiente para Q.
20. (ESAF/AFTN/96) - Se Nestor disse a verdade, Júlia e Raul mentiram. Se Raul mentiu, Lauro falou a verdade. Se Lauro falou a verdade, há um leão feroz nesta sala. Ora, não há um leão feroz nesta sala. Logo:
- (A) Nestor e Júlia disseram a verdade  
(B) Raul e Lauro mentiram  
(C) Nestor e Lauro mentiram  
(D) Raul mentiu ou Lauro disse a verdade  
(E) Raul e Júlia mentiram

**NOÇÕES DE INFORMÁTICA:**

21. Com relação à Internet escolha a alternativa correta.
- (a) Através do serviço FTP, é possível se conectar a um computador remoto e abrir uma seção de console no computador local o que permite comandos ao computador distante.  
(b) Criptografia é a técnica pela qual se pode colocar fotografias nas páginas da Web.  
(c) 200.151.257.12 é um endereço IP válido.  
(d) A Internet permite dos tipos de acesso, discado e comutado.  
(e) O caractere @ sempre aparece em endereços de e-mail.
22. Considerando o Word assinale a alternativa correta.
- (a) O Word é um Aplicativo destinado a processar apenas textos, portanto ao utiliza-lo não podemos construir uma tabela.

- (b) Ao pressionar o botão com o desenho de uma impressora na barra de ferramentas do Word, uma caixa de diálogo aparecerá permitindo mudar as preferências da impressão.
- (c) Ao pressionar a tecla **TAB** no teclado uma caixa de diálogo se abrirá permitindo configurar novas marcas de tabulação no parágrafo selecionado.
- (d) Ao utilizarmos o modo de visualização **Layout de Impressão**, a página será exibida sem numeração de páginas e sem formatação.
- (e) O menu **Janela** possui a opção **Dividir** que permite visualizar um documento em duas janelas, possibilitando ler uma página do documento e editar outra ao mesmo tempo.

23. Observando os botões a seguir, indique qual das alternativas está **incorreta**.



- (a) O botão com um pincel permite pintar o texto com outras cores.
- (b) O botão com uma seta curva à esquerda permite desfazer uma ação.
- (c) O botão com um disquete permite salvar o texto.
- (d) O Botão com três pontos e três linhas permite colocar marcadores no texto.
- (e) O Botão com a pasta abrindo permite abrir um documento já salvo.

24. Considerando o Painel de Controle do Windows, abaixo, e assinale a alternativa correta.



- (a) O ícone **Sistema** permite a verificação de vírus no sistema.
- (b) O ícone **Adicionar ou remover programas** permite adicionar novos dispositivos ao sistema.
- (c) O ícone **Opções de energia** permite optar por ligar o computador em 110 Volts ou 220 Volts.
- (d) O ícone **Teclado** permite ajustar o idioma e o layout do teclado.
- (e) O ícone **Rede** só aparece se o computador estiver configurado com placa de rede.

25. Considerando o Hardware assinale a alternativa correta.

- (a) O disco rígido do computador não é considerado Hardware por ser um dispositivo físico que armazena os Softwares.
- (b) A memória RAM, é a memória de trabalho do computador, portanto os documentos salvos nesta memória não se perdem ao desligar o computador.
- (c) Os circuitos elétricos do computador interpretam a presença ou ausência de corrente elétrica, por este motivo se utiliza o sistema binário de numeração que possui apenas dois dígitos numéricos.
- (d) A memória ROM tem seus dados perdidos quando o computador é desligado.
- (e) O monitor de vídeo é um periférico essencial, se o desligarmos o computador para de processar.

### LEGISLAÇÃO APLICADA AO MPU:

26. Compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do ministério público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, cabendo-lhe:

- a) zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências
- b) receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos Estados, inclusive contra seus serviços auxiliares, sem prejuízo da competência disciplinar e correccional da instituição, podendo avocar processos disciplinares em curso, determinar a remoção, a disponibilidade ou a aponsetadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa
- c) rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de um ano
- d) as alternativas anteriores estão corretas
- e) estão erradas as alternativas "c" e "d" anteriores

27. A instituição que, diretamente ou através de órgão vinculante, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo, denomina-se:

- a) Ministério Público da União
- b) Advocacia-Geral da União
- c) Delegacia-Geral da União
- d) Procuradoria-Geral do Estado Federado
- e) Tribunal de Justiça de Alçada Federal.

28. São requisitos de escolaridade para ingresso na carreira de Apoio Técnico-Administrativo, atendidas, quando for o caso, formação especializada e experiência profissional, a serem definidas em regulamento e especificada nos editais de concurso:
- para o cargo de Auxiliar, curso de primeiro grau
  - para o cargo de Técnico, curso de segundo grau ou curso técnico equivalente
  - para o cargo de Analista, curso de 3º grau
  - as alternativas anteriores estão corretas
  - estão erradas as alternativas "c" e "d" anteriores
29. O Sistema de Avaliação Funcional, a ser estabelecido em regulamento, deverá propiciar aferição do desempenho mediante:
- nota mínima a ser aferida pelo concursado
  - dados objetivos e garantir ao servidor o acesso ao resultado da avaliação
  - dados subjetivos e garantir ao concursado o acesso ao resultado da avaliação
  - todas as alternativas anteriores estão corretas
  - todas as alternativas estão erradas
30. A progressão funcional é a movimentação do servidor de um padrão para o seguinte, dentro de uma mesma classe, observado o interstício mínimo de:
- 3 (três) anos e dar-se-á em épocas e sob critérios fixados em regulamento, de acordo com resultado de avaliação formal de desempenho
  - 1 (um) ano e dar-se-á em épocas e sob critérios fixados em regulamento, de acordo com resultado de avaliação formal de desempenho
  - 6 (seis) meses e dar-se-á em épocas e sob critérios fixados em regulamento, de acordo com resultado de avaliação formal de desempenho
  - 2 (um) ano e dar-se-á em épocas e sob critérios fixados em regulamento, de acordo com resultado de avaliação formal de desempenho
  - todas as alternativas estão erradas

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - PESO 2

**Professores Laert Mantovani Jr, Marcia Maria Luviseti e Antonio Rafael Marchezan Ferreira**

### NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL:

31. Por meio de ação direta de inconstitucionalidade e de ação declaratória de constitucionalidade, processadas junto ao Supremo Tribunal Federal, poderão ser questionadas:
- as Emendas à Constituição Federal e as leis federais, estaduais e municipais.
  - as leis federais, estaduais e municipais.
  - as leis federais e estaduais.
  - as leis federais.
  - nenhuma das anteriores
32. A lei complementar deve ser aprovada por *quorum* de maioria
- absoluta, como a lei ordinária.
  - simples, como a lei ordinária.
  - absoluta, diferente da lei ordinária.
  - simples, diferente da Emenda à Constituição.
  - mista, diferente das anteriores
33. Lei ordinária federal, dispendo sobre o aumento da remuneração dos servidores públicos da União, cujo projeto de lei tenha sido apresentado por Senador, e que tenha sido promulgada pelo Congresso Nacional,
- contém vício formal de inconstitucionalidade, podendo ser questionado via controle difuso.
  - contém vício material de inconstitucionalidade, podendo ser questionado via controle difuso.
  - contém vício material de inconstitucionalidade, podendo ser questionado via controle concentrado.
  - contém vício formal e material de inconstitucionalidade, podendo ser questionado via controle concentrado.
  - não contém vício de inconstitucionalidade.
34. A Constituição da República assegura aos membros do Poder Judiciário, no primeiro grau:
- vitaliciedade, adquirida após três anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de sentença judicial transitada em julgado.
  - inamovibilidade, salvo por determinação do Presidente do respectivo Tribunal.
  - foro privilegiado, junto ao Supremo Tribunal Federal.
  - irredutibilidade de subsídio.
  - as alternativas anteriores se complementam.
35. As comissões parlamentares de inquérito da Câmara dos Deputados e do Senado Federal
- podem promover a responsabilidade civil e penal dos infratores.
  - possuem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais.
  - podem ser criadas por prazo indeterminado.

- (D) possuem poderes de investigação próprios das autoridades policiais.
- (E) possuem poderes de investigação próprios das autoridades civis.

36 Os membros do Congresso Nacional

- (A) possuem imunidade, mas podem ser presos, desde a expedição do diploma, no caso de flagrante de crime inafiançável.
- (B) possuem imunidade, não podendo ser presos, em qualquer hipótese.
- (C) possuem imunidade, mas podem ser presos, desde que não estejam no exercício de suas funções.
- (D) não possuem imunidade.
- (E) possuem imunidade relativa derivada.

37. Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente da República será primeiramente chamado ao exercício da Presidência o

- (A) Presidente do Senado Federal.
- (B) Presidente da Câmara dos Deputados.
- (C) Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- (D) Ministro das Relações Exteriores.
- (E) Ministro da Fazenda

**NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO:**

38) Levando-se em conta as regras da Lei 8.112/90, analise os itens abaixo, a respeito dos direitos e vantagens do servidor público federal:

*I - A antiga licença prêmio foi substituída pela licença para capacitação do servidor, sendo certo afirmarmos que a concessão dessas duas licenças configura-se como ato vinculado para Administração.*

*II - Segundo o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Federais, são vantagens do servidor as indenizações, os adicionais e gratificações. As primeiras jamais serão incorporadas à remuneração do servidor, já as duas últimas poderão ou não ser incorporadas, dependendo do seu caráter permanente ou temporário.*

*III - Para a concessão de férias ao servidor, deverá sempre ser observado o período aquisitivo de 12 meses.*

- a) somente I é correto
- b) somente II é correto
- c) somente III é correto
- d) há dois itens corretos
- e) todos os itens estão corretos.

39) Considerando a responsabilidade civil do servidor e da Administração Pública, analise os itens abaixo e assinale a alternativa correta:

- a) a responsabilidade civil do servidor público prescinde da ocorrência de dano ao erário ou a terceiros.
- b) a indenização devida pelo servidor em face de prejuízo dolosamente causado ao erário será preferencialmente liquidada por meio de desconto na remuneração do servidor.
- c) o fato de o servidor ser condenado na esfera penal, não traz conseqüências para sua responsabilização civil.
- d) A responsabilidade objetiva da Administração não abrange as empresas públicas e as sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica.
- e) A responsabilidade da Administração pelos danos causados por atos de terceiros ou fenômenos da natureza é do tipo objetiva, ou seja, independe da comprovação de dolo ou culpa.

40) A principal característica dos contratos administrativos é a presença de cláusulas exorbitantes. Acerca do tema, a doutrina costuma apontar uma dessas cláusulas como sendo uma limitação à atuação da Administração e não uma prerrogativa. Assinale a alternativa que corresponde a essa cláusula:

- a) exigência de garantia
- b) alteração unilateral do contrato
- c) aplicação direta de penalidades ao contratante
- d) restrições ao uso da "exceptio non adimpleti contractus"
- e) manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato

41) Analise os itens abaixo, de acordo com as regras constantes na Lei 8.666/93 e assinale a resposta correta:

I - O princípio da adjudicação compulsória reza que a Administração fica obrigada a celebrar o contrato relativo ao objeto da licitação, com o vencedor da licitação.

II - Quando o convocado não assinar o termo do contrato no prazo e condições estabelecidos, a Administração deverá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório.

III - A não convocação para a contratação, pela Administração, decorridos 60 dias da data da entrega das propostas, libera os licitantes dos compromissos assumidos.

- a) somente I é correto
- b) somente II é correto
- c) somente III é correto
- d) há dois itens corretos
- e) todos os itens estão corretos

- 42) Sobre as formas de apuração das irregularidades dos servidores públicos, não podemos concluir:
- através da sindicância, também chamada de meio de apuração sumário, a penalidade máxima que poderá ser aplicada a um servidor será a suspensão de 30 dias.
  - através da Lei 8.112/90, percebemos que a pena de advertência prescinde de processo administrativo disciplinar ou de sindicância para ser aplicada a um servidor.
  - enquanto a sindicância constituir um procedimento meramente investigatório, sem a formalização de acusação a qualquer servidor, podemos falar em ausência de contraditório e ampla defesa, pois não há acusado e nem imputação que deva ser contraditada.
  - sobre o afastamento preventivo temporário do servidor investigado, é importante destacarmos que ele não possui caráter punitivo, visto tratar-se de uma medida acautelatória, que poderá ser aplicada pelo prazo máximo, contando com a prorrogação, de 120 dias.
  - o relatório da Comissão de Inquérito não vincula a decisão da autoridade julgadora, pois, desde que motivadamente, essa poderá aplicar penalidade diversa daquela sugerida pelo relatório daquela.
43. Enquanto não decreta a nulidade de ato administrativo, pela própria Administração ou pelo judiciário, ele produzirá efeitos e será tido como válido e operante. Esta é uma das conseqüências da (o) :
- auto-executoriedade
  - imperatividade
  - presunção de legitimidade
  - legalidade
  - moralidade
44. É atributo existente em todos os atos administrativos :
- conveniência
  - oportunidade
  - auto-executoriedade
  - imperatividade
  - presunção de legitimidade
- 46) Considere as seguintes afirmações sobre os crimes culposos:
- A culpa concorrente da vítima não exclui a do réu.
  - É possível à tentativa de crime culposo.
  - Para a configuração dos delitos culposos não se dispensa a previsibilidade do resultado.
  - A imprudência resulta da falta de aplicação técnica.
- SOMENTE é correto o que se afirma em
- I e II.
  - I e III.
  - II e III.
  - II e IV.
  - III e IV.
- 47) De acordo com o princípio da culpabilidade, a responsabilidade penal
- não depende de o agente ter atuado sob condições psíquicas, pessoais e situacionais que lhe permitissem conhecer o caráter ilícito do fato.
  - É subjetiva, isto é, somente poderá responder pelo fato aquele que quis praticá-lo ou deixou de observar um dever de cuidado.
  - É pessoal, podendo o agente responder tanto por fatos próprios como de outrem.
  - É objetiva, fundamentando-se no mero nexo de causalidade material.
  - Pode decorrer de fatos alheios ou de acontecimentos naturais.
- 48) Durante a execução de pena privativa de liberdade, o
- condenado tem direito à remissão à razão de um dia de pena por cinco dias de trabalho.
  - condenado deve, necessariamente, ser submetido a exame criminológico.
  - Juiz poderá determinar a substituição da pena por medida de segurança, se sobrevier doença mental.
  - Juiz não poderá, se o condenado progrediu para regime semi-aberto, determinar o seu retorno ao regime fechado.
  - condenado, se tiver cumprido dois terços da pena e tiver bom comportamento, terá direito à conversão da pena em multa ou em pena restritiva.
- 49) Para fixar o acréscimo de pena em virtude de crimes cometidos em continuação (art. 71, caput, do Código Penal), deve o juiz levar em conta
- os tipos de crimes
  - as distâncias entre os locais dos crimes
  - o tempo abrangido pelos crimes
  - a gravidade dos crimes
  - o número de crimes.

**NOÇÕES DE DIREITO PENAL:**

- 45) A regra veda ao legislador, em matéria penal, estabelecer incriminações vagas e indeterminadas decorre do princípio da
- Culpabilidade.
  - Igualdade.
  - Humanidade da pena.
  - Proporcionalidade.
  - Legalidade.



- 50) Quanto às causas de extinção da punibilidade, é possível afirmar que
- O dia do começo não se inclui no cômputo do prazo da decadência
  - No concurso de crimes a prescrição incide sobre a pena total
  - A perempção ocorre na ação penal pública condicionada
  - A anistia pode ser concedida por decreto do Presidente da República
  - A graça constitui medida de caráter individual, dependente de solicitação.

**NOÇÕES DE DIREITO CIVIL:**

51. Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de:
- probidade
  - boa-fé
  - retidão e má-fé
  - probidade e boa-fé
  - efetividade relativa
52. A pretensão relativa à tutela, a contar da data da aprovação das contas, prescreve em:
- 4 anos
  - 2 anos
  - 1 ano
  - 6 meses
  - 9 meses
53. O contrato preliminar, deve conter todos os requisitos essenciais ao contrato a ser celebrado, exceto quanto:
- a categoria
  - a essência
  - a forma
  - todas as alternativas estão incorretas
  - as alternativas "a" até "c" se complementam
54. O contrato será eficaz somente entre os contratantes originários se:
- não houver indicação de pessoa
  - o nomeado se recusar a aceitá-la
  - a pessoa o desconhecia no momento da indicação
  - todas as alternativas anteriores estão corretas
  - todas as alternativas estão incorretas

55. Assinale a alternativa Incorreta:

- o distrato faz-se pela mesma forma exigida para o contrato
- a parte lesada pelo inadimplemento pode pedir a resolução do contrato, se não preferir exigir-lhe o cumprimento, cabendo, em qualquer dos casos, indenização por perdas e danos
- podem, porém, as partes estipular o direito de se arrepender, não obstante as arras dadas. Em caso tal, se o arrependido for o que as deu, perdê-las-á em proveito do outro; se o que as recebeu, restitui-las-á em triplo
- se por ocasião da conclusão do contrato, uma parte der a outra, a título de arras, dinheiro ou outro bem móvel, deverão as arras, em caso de execução, ser restituídas ou computadas na prestação devida, se do mesmo gênero da principal
- pela mesma forma exigida para o contrato, o distrato se faz

56. os contratos de adesão, são nulas as cláusulas que:
- estabelecem o abandono antecipado do aderente a direito subsequente ao negócio
  - estipularem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio
  - ajustarem a renúncia posterior do aderente a direito resultante da natureza do negócio
  - todas as alternativas anteriores estão corretas
  - todas as alternativas estão incorretas

**NOÇÕES DE DIREITO DO TRABALHO:**

- 57) Salvo nos revezamentos semanais ou quinzenais, o trabalho noturno terá remuneração superior a do diurno e, para este efeito, sua remuneração terá um acréscimo de:
- 30% sobre a hora diurna
  - 20% sobre a hora diurna
  - 10% sobre a hora diurna
  - 40% sobre a hora diurna
  - 45% sobre a hora diurna
- 58) Nos contratos individuais de trabalho só é lícita a alteração das respectivas condições por mútuo consentimento, e, ainda, desde que não resultem direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado, sob pena de:
- multa contratual, somente
  - multa fiscal, somente
  - rescisão unilateral
  - nulidade de cláusula infringente desta garantia
  - multa contratual e fiscal

59) Se ocorrer a dispensa do empregado no transcurso do período de suspensão contratual ou nos três meses

subseqüentes ao seu retorno ao trabalho, o empregador pagará ao empregado, além das parcelas indenizatórias previstas na legislação em vigor, multa a ser estabelecida em convenção ou acordo coletivo, sendo, no mínimo:

- a) oitenta por cento sobre o valor da última remuneração mensal anterior à suspensão do contrato
- b) cinquenta por cento sobre o valor da última remuneração mensal anterior à suspensão do contrato
- c) cem por cento sobre o valor da última remuneração mensal anterior à suspensão do contrato
- d) sessenta por cento sobre o valor da última remuneração mensal anterior à suspensão do contrato
- e) todas as alternativas estão corretas

- a) após a autorização concedida por intermédio de convenção ou acordo coletivo, o empregador deverá notificar o respectivo sindicato, com antecedência mínima de quinze dias da suspensão contratual
- b) o contrato de trabalho não poderá ser suspenso mais de uma vez no período mais de uma vez no período de dezesseis meses
- c) o empregador poderá conceder ao empregado ajuda compensatória mensal, sem natureza salarial, durante o período de suspensão contratual, com valor a ser definido em convenção ou de acordo coletivo
- d) todas as alternativas anteriores estão corretas
- e) todas as alternativas estão incorretas

60) O contrato de trabalho poderá ser suspenso, por um período de dois a cinco meses, para a participação do empregado em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador, com duração equivalente à suspensão contratual, sendo certo que:

**Pegue o  
GABARITO COMENTADO**

**AULAS PARA CONCURSOS:**

**Acesse o site:**

**[www.CursoSolon.com.br](http://www.CursoSolon.com.br)**

# GABARITO COMENTADO

# GABARITO

## CONHECIMENTOS BÁSICO (Peso 1)

01	<b>A</b>	Para questões que exijam compreensão de texto, adote dois procedimentos: 1) Efetue uma primeira leitura apenas para entendimento geral do texto, sem qualquer interesse em aprofundamento; 2) Faça a segunda leitura para aprofundamento dos argumentos, tendo a primeira leitura como planície.
02	<b>E</b>	Em "A" use próclise (a qual <u>me</u> respondeu). Em "B" corrija "bizarra" para ser escrita com Z. Em "C" a frase não está clara nem coerente. Além disso, deve-se usar "a fim" em duas palavras, pois não está no sentido de afinidade. Em "D" a palavra "Ela" deve ser escrita no singular porque se refere à "carta".
03	<b>C</b>	Corrija "A" para "parecem repletir-se". Em "B" use "incumbiram-se", pois o sujeito é composto (o autor e uma colega sua). Na alternativa "D" o verbo haver deve ser conjugado no singular (houvesse), pois está no sentido do verbo TER. Em "E" use "serem feitas", para concordância com o sujeito "várias cópias".
04	<b>C</b>	Esta está fácil. Observe a grafia correta destas palavras: <u>compreensão</u> , <u>propuseram-se</u> , <u>repressão</u> , <u>ocasionar</u> , <u>transcritos</u> , <u>crônica</u> (com acento), <u>alusão</u> , <u>supôs</u> e <u>utilizados</u> .
05	<b>A</b>	Observe que Drummond se valeu <u>de</u> alguma coisa (da epígrafe tirada de um artigo). Portanto, a epígrafe <u>de que</u> Drummond se valeu...
06	<b>B</b>	Ao transpor uma frase da voz passiva analítica para a voz ativa, lembre-se de diminuir um verbo (foi dissolvida → dissolveu) e manter o mesmo tempo verbal: foi dissolvida (pretérito) e dissolveu (pretérito).
07	<b>D</b>	O correto é "obtiveram", pois se trata de um verbo derivado de TER. Assim como não posso falar que as pessoas "teram" cópias, também não posso dizer que as pessoas do Rio obteram cópias. Corrija para tiveram e, portanto, para obtiveram.
08	<b>B</b>	Como alternativa B apresenta o sujeito "alguns suspeitos" (que é uma expressão no plural), o verbo expor deverá também ficar no plural (expõem).
09	<b>D</b>	Comentemos os erros: A) Não use artigo após "cujo", B) o verbo da primeira oração deve ficar no plural para concordar com seu sujeito: O advogado e jornalista aprovam... C) Troque "a que" (última linha) por apenas "que", em razão da regência do verbo cometer. E) Use "prega" (no singular) para concordar com seu sujeito "a punição de acusados", também no singular.
10	<b>E</b>	Use "por que" (separado e sem acento) quando for início ou meio de uma frase interrogativa direta.
11	<b>D</b>	$X + X + 1 = 8X/5 + 3(X + 1)/7 \rightarrow X = 20$ e $X + 1 = 21$
12	<b>C</b>	$(X) + (X + 12\%X) + 25\%(X + 12\%X) = 880 \rightarrow X = 250(A); B = 280$ E $C = 350$



## Curso Sólón

Acesse [www.cursosolon.com.br](http://www.cursosolon.com.br)

13 D	3º. Pessoa 81 e cada um recebe 1/3 do anterior, teremos $81:3 = 27$ , $27:3 = 9$ , portanto ... ( 9; 27; 81; 243; 729) que somam $\rightarrow$ R\$ 1.089,00
14 E	$0,7X + 0,12X + 54 = X$ (preço do aparelho) $\rightarrow X = 300 \cdot 0,7 = 210$ (quantia que possui)
15 D	X é o dividendo e Y é o divisor, logo montamos um sistema: $\begin{cases} x + y = 5710 \\ x = 202y + 26 \end{cases} \rightarrow 202y + 26 + y = 5710 \rightarrow y = 28 \text{ e } x = 5682.$
16 A	$p \rightarrow q \Leftrightarrow q \vee \sim p \rightarrow$ Na tabela $(p \rightarrow q) \Leftrightarrow (q \vee \sim p)$ é uma tautologia.
17 C	Nem a bermuda nem a bicicleta de Júlio são brancas, e Marcos está com bermuda azul e nem sua bicicleta nem sua bermuda são da mesma cor, sua bicicleta só pode ser preta. As cores de Júlio são o contrário das de Marcos e a única cor que sobrou foi o branco para o Artur.
18 D	A ordem dos estabelecimentos é: Lotérica, padaria, farmácia, supermercado, restaurante.
19 D	P é a condição suficiente para Q, e Q é a condição necessária para P.
20 C	N: Nestor disse a verdade. $\sim$ J: Júlia mentiu. $\sim$ R: Raul mentiu. L: Lauro falou a verdade. F: há um leão feroz nesta sala.: $N \rightarrow (\sim J \wedge \sim R)$ $\sim R \rightarrow L$ $L \rightarrow F$ <hr style="width: 10%; margin-left: 0;"/> $\sim F$ $\therefore \sim L \wedge R \wedge \tilde{N}$ Pela contrapositiva: Se não há um leão feroz nesta sala, então Lauro mentiu. Se Lauro mentiu, então Raul falou a verdade. Se Raul falou a verdade, então Nestor mentiu.
21 E	@ é obrigatório em todos os endereços de e-mail. / O que está descrito em A é feito por Telnet e não FTP. / Criptografia é uma técnica de segurança. / O número 257 invalida o IP pois cada conjunto pode ir ao máximo a 255. / Os tipos de acesso a Internet são Discado e Dedicado.
22 E	No Word é possível construir tabelas. / Para obter caixa de diálogo de impressão é necessário usar Menu arquivo Imprimir ou atalho CTRL + P. / O layout de Impressão mostra o documento como ele será impresso.
23 A	O pincel copia a formatação.
24 D	O ícone Sistema permite a configuração de dispositivos no sistema. / O ícone Adicionar ou Remover programas, permita a instalação ou a desinstalação de programas. / Opções de energia permite configurar economia de energia no sistema. / O ícone Rede do painel de controle sempre aparece.
25 C	O sistema binário realmente foi o utilizado na arquitetura de computadores por ter apenas dois dígitos. As tecnologias que se utilizam dígitos binários levam o nome de Digital.
26 D	Leia o art.130-A,§2º da Constituição Federal
27 B	Leia o art.131 da Constituição Federal
28 D	Leia o art.8º da Lei 9953/00 – 10476/02
29 B	Leia o art.19 da Lei 9953/00 – 10476/02
30 B	Leia o art.11,§1º da Lei 9953/00 – 10476/02

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (Peso 2)

31 D	Justificativa: O objeto da ação declaratória de constitucionalidade, de acordo com o art. 102, I, "a", da CF/88, é a lei ou o ato normativo federal. Frise-se: somente lei ou ato normativo federal, diferentemente do que ocorre com a ADIn, cujo objeto engloba, também, a lei ou ato normativo estadual.
32 C	Justificativa: Quorum de aprovação de lei complementar: maioria absoluta (artigo 59 da CF/88) – metade do total dos membros, mais um. Quorum de aprovação de lei ordinária: maioria simples (artigo 47 da CF/88) – metade dos presentes mais um.

33 A	Justificativa: Nos termos do artigo 61, I, da CF/88, são de iniciativa do Presidente da República as leis que disponham sobre a criação de cargos, funções ou empregos públicos, ou aumento de sua remuneração. Assim, a lei editada contém um vício formal subjetivo (de iniciativa), podendo ser questionada por via de controle difuso.
34 D	Justificativa: nos termos do artigo 95, inciso III.
35 B	Justificativa: nos moldes do artigo 58, parágrafo 3º.
36 A	Justificativa: De acordo com o artigo 53, parágrafo 2º, os membros do Congresso Nacional possuem imunidade formal para a prisão. Adquirem tal imunidade antes mesmo de tomarem posse, no momento que são diplomados pela Justiça Eleitoral. Todavia, poderão ser presos, desde a diplomação, no caso de flagrante de crime inafiançável.
37 B	Justificativa: de acordo com o art. 80 da CF/88.
38 B	<p>I – <b>Incorreto.</b> A licença prêmio foi extinta, no serviço público federal, pela Lei nº 9.527/97, que introduziu a licença para capacitação, no texto da Lei nº 8.112/90, em seu art. 87. A concessão da licença prêmio era <b>ato vinculado</b>, ou seja, completados 5 (cinco) anos de efetivo exercício, a Administração Pública não tinha escolha, pois o servidor que completasse tal requisito teria direito subjetivo à concessão de tal licença. Já na licença para capacitação, através da leitura da Lei nº 8.112/90, art. 87, percebemos que um dos requisitos para a concessão de tal licença é que haja <b>interesse da Administração</b>, ou seja, preenchida a condição de 5 (cinco) anos de efetivo exercício, a Administração poderá ou não conceder, valorando a conveniência e a oportunidade da concessão. Sendo assim, afirmamos que se trata de um ato discricionário para a Administração Pública.</p> <p>II – <b>Correto.</b> É importante sabermos que o Regime Jurídico dos Servidores Federais designa como vantagens do servidor as indenizações, os adicionais e as gratificações. As primeiras, como o próprio nome diz, são vantagens de caráter indenizatório (não-permanentes), sendo assim, não devem ser incorporadas ao vencimento do servidor para compor sua respectiva remuneração (vencimento + vantagens <b>permanentes</b> do cargo). Já as gratificações e os adicionais poderão ou não ser incorporados à remuneração do servidor, visto que poderão ou não ter caráter permanente, nos casos e condições estabelecidos em lei. A própria Lei 8.112/90, em seu art. 49, estabelece: <i>§ 1o As indenizações não se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito. § 2o As gratificações e os adicionais incorporam-se ao vencimento ou provento, nos casos e condições indicados em lei.</i></p> <p>III – <b>Incorreto.</b> <i>Lei nº 8.112/90, art. 77 - § 1o Para o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos 12 (doze) meses de exercício.</i> Ou seja, o servidor para adquirir direito às férias só deverá esperar o período aquisitivo de 12 (doze) meses, quando se tratar do primeiro período. Assim, para ter direito ao seu segundo período de férias, não deverá esperar o prazo de 12 (doze) meses, bastará virar o ano civil.</p>
39 D	<p>a) <b>Incorreta.</b> A condição essencial para a ocorrência da Responsabilidade civil do servidor é que alguém tenha sofrido um dano ou prejuízo decorrente de suas ações. E a alternativa diz justamente o contrário, visto que <b>precinde quer dizer não precisa.</b></p> <p>b) <b>Incorreta.</b> Através da leitura do art. 122, § 1º, observamos que a indenização devida pelo servidor em face de prejuízo dolosamente causado ao erário será preferencialmente liquidada em parcela única, em vez de parcelamento.</p> <p>c) <b>Incorreta.</b> Caso o servidor seja responsabilizado na esfera penal, ele deverá ser, automaticamente, condenado na esfera civil.</p> <p>d) <b>Correta.</b> A Constituição Federal, em seu art. 37, §6º, que trata da responsabilidade objetiva da Administração, no caso de dano causado a terceiros, só abrange às pessoas jurídicas de direito privado <b>prestadoras de serviço público</b>, ou seja, as empresas públicas e as sociedades de economia mista exploradoras de atividades econômicas responderão pelos danos causados, por seus agentes a terceiros, da mesma forma que as demais pessoas privadas.</p> <p>e) <b>Incorreta.</b> A responsabilidade da Administração pelos danos causados por fenômenos da natureza ou atos de terceiros é do tipo <b>subjetiva</b>, ou seja, dependerá da comprovação de dolo ou culpa, visto que a teoria do risco administrativo (responsabilidade objetiva), abordada pela Constituição Federal, só engloba os danos provenientes da <b>conduta de seus agentes.</b></p>
40 E	A principal característica dos contratos administrativos é marcada pela presença de cláusulas exorbitantes (que não podem existir em um contrato típico do Direito Privado), que reflete em prerrogativas especiais da Administração Pública que acarretam o desequilíbrio existente nas relações jurídicas regidas pelo Direito Privado. Dessas cláusulas que “exorbitam o Direito comum”, destaca-se a <b>manutenção do equilíbrio financeiro do contrato</b> , que na verdade corresponde a uma proteção do contratante - e, não a uma prerrogativa da Administração – consistente no resguardo dos interesses do contratante. Como bem destaca Caio Tácito: <i>“Essa garantia de equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo – que tem outras implicações, como adiante indicado – preserva a sua natureza comutativa (equivalência intrínseca entre as prestações) e sinalagmática (reciprocidade das obrigações).”</i>

41 C	<p>I – <b>Incorreta.</b> O princípio da adjudicação compulsória impede que a Administração atribua o objeto da licitação a outrem que não o vencedor do procedimento, porém, isso não quer dizer que o administrador está obrigado a contratar com o vencedor. Essa compulsoriedade revela-se apenas no sentido de que, caso a Administração venha a contratar, terá que ser com o vencedor da licitação, mas isso não impede que o procedimento seja revogado ou anulado, por exemplo. Nesse caso, nem deverá haver assinatura do contrato. Como bem destaca Hely Lopes: <i>“Advirta-se, porém, que o direito do vencedor limita-se à adjudicação, ou seja, à atribuição a ele do objeto da licitação, e não ao contrato imediato. E assim é porque a Administração pode, licitamente, revogar ou anular o procedimento ou, ainda, adiar o contrato, quando ocorrerem motivos para essas condutas.”</i></p>
	<p>II – <b>Incorreta.</b> O erro de tal afirmativa encontra-se na palavra deverá, visto que através da leitura do texto legal percebemos que haverá uma faculdade para Administração e não uma obrigação. <b>Lei 8666/93, art. 64, § 2o - É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81 desta Lei.</b></p> <p>III – <b>Correta.</b> O fundamento legal é o art. 64, §3º, da nossa Lei de Licitações. Tal prazo funciona como uma “validade das propostas”, pois decorridos os 60 dias da entrega das propostas, o licitante não estará mais vinculado aos compromissos assumidos.</p>
42 B	<p>Para responder corretamente à questão, o candidato deveria saber que <b>nenhuma penalidade</b> poderá ser imposta ao servidor sem prévia apuração da irregularidade por sindicância ou processo administrativo disciplinar. Em qualquer caso deverá haver a instauração dos meios de apuração impostos pela Lei nº 8.112/90, pois é através deles que serão assegurados ao servidor o contraditório e a ampla defesa das provas contidas no processo. Normalmente, a questão de prova utiliza-se da advertência para “pegar” o candidato despreparado, mas basta lembrar que a advertência é aplicada por escrito e que fica registrada no assentamento funcional do servidor, sendo assim, deverá ser assegurada a defesa do servidor.</p>
43 C	<p>Como conseqüência da presunção de legitimidade, temos que, enquanto não decretada a invalidade do ato administrativo pela própria Administração ou pelo Judiciário, ele produzirá efeitos e será tido como válido e operante, mesmo que argüidos de vícios ou defeitos que o levam à invalidade. Outro efeito da presunção de legitimidade é o fato de o Judiciário não poder apreciar ex officio a validade do ato, cuja nulidade somente pode ser decretada pelo judiciário a pedido da pessoa interessada. Ainda como conseqüência da presunção de legitimidade, segundo Hely Lopes Meirelles, temos a transferência do ônus da prova de invalidade do ato administrativo para quem a invoca.</p>
44 E	<p>Os atos administrativos nascem com a presunção de legitimidade, esta decorrente do princípio da legalidade da Administração, que, nos Estados de Direito, informa toda a atuação governamental. Na verdade, se não existisse tal presunção, toda atividade administrativa poderia ser questionável, obstaculizando o cumprimento dos fins públicos ao antepor o interesse individual ao interesse público.</p>
45 E	<p>É através do princípio da legalidade que os fatos, para serem considerados crimes, devem estar descritos em lei (tipificados), devendo esta previsão legal ser clara e determinada.</p>
46 B	<p>Não se admite tentativa em crime culposo e a imperícia que resulta da falta de aplicação técnica.</p>
47 B	<p>Para a análise do princípio da culpabilidade não se faz necessário analisar as condições psíquicas, pessoais e situacionais do agente a respeito do fato, mas sim se o agente quis ou deixou de observar um dever de cuidado. Ela é pessoal, contudo, o agente não pode responder por fatos praticados por outrem. Ela não é objetiva e sim subjetiva.</p>
48 C	<p>O condenado tem direito a remissão na razão de um dia de pena por três dias trabalhados. É possível a ocorrência da regressão (retorno a um regime mais grave). O condenado não terá direito a conversão da pena em multa após o cumprimento de dois terços da pena, e também não terá direito a substituição por uma pena restritiva.</p>
49 E	<p>No que diz respeito ao crime continuado, o juiz, para fixar o acréscimo, deve levar em consideração o número de crimes e não os tipos de crimes, ou mesmo a distância dos locais, o tempo ou gravidade.</p>
50 E	<p>O dia do começo é computado no prazo decadencial. No concurso de crimes a prescrição incide sobre cada crime individualmente. A perempção ocorre nas ações penais privadas e não cabe a concessão da anistia por decreto do Presidente da Republica.</p>
51 D	<p>Leia o art 422 do Código Civil</p>
52 A	<p>Leia o art.206, §4o do Código Civil</p>
53 C	<p>Leia o art. 462 do Código Civil</p>
54 D	<p>Leia o art. 470 do Código Civil</p>
55 C	<p>Leia o art.420 do Código Civil</p>
56 B	<p>Leia o art.424 do Código Civil</p>
57 B	<p>Leia o art. 73 da CLT</p>



58 <b>D</b>	Leia o art. 468 da CLT
59 <b>C</b>	Leia o art. 476-A, §5º da CLT
60 <b>D</b>	Leia o art. 476-A da CLT

**AULAS PARA CONCURSOS → [www.CursoSolon.com.br](http://www.CursoSolon.com.br)**